

1 – A Reforma Francisco Campos

1.1– A Reforma Francisco Campos

A reforma do ensino secundário empreendida por Francisco Campos em 1931 pelo do decreto nº 19.890, de 18 de abril, foi consolidada em 4 de abril de 1932 pelo decreto nº 21.241.

Francisco Campos considerava o ensino secundário o ramo de maior importância de nosso sistema educacional, “não apenas do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo, destinando-se ao maior número e exercendo, durante a fase mais propícia do crescimento físico e mental, a sua influência na formação das qualidades fundamentais da inteligência, do julgamento e do caráter”¹. Segundo Cunha a reforma do ensino secundário empreendida por Francisco Campos “tentou corrigir uma antiga anomalia que era a sua função preparatória aos cursos superiores” (CUNHA, 1981, p. 76). Na exposição de motivos, Francisco Campos menciona esse problema e afirma que:

“A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras” (apud BICUDO, 1942, p. 639)

Com essa reforma, o ensino secundário volta a ter a duração de sete anos, dos quais os cinco primeiros constituíam o curso fundamental e os dois últimos o curso complementar. Esse último seria “obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior” e se dividia em três seções: uma destinada aos “candidatos à matrícula no curso jurídico”; outra aos “candidatos à matrícula nos cursos de medicina, farmácia e odontologia”; e a terceira aos “candidatos à matrícula nos cursos de engenharia ou de arquitetura”².

De acordo com Silva, “a reforma Francisco Campos retoma o sonho de Benjamim Constant de fazer do curso secundário a oportunidade de dar ao jovem uma súpula de todo o acervo do saber humano” (SILVA, 1969, p. 288). O resultado disso foi a implantação de um currículo enciclopédico.

¹ Exposição de motivos que acompanha o decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932.

² Decreto n. 21.241 de 4 de abril de 1932.